

A política nas margens da memória: Uma etnografia das cerimônias de rememoração oficial dos atentados de 11 março de 2004 em Madri¹

Gérôme Truc

Pesquisador do Institut Marcel Mauss/EHESS (Paris) e da Casa de Velázquez (Madri)

Traduzido por: Débora Bolsanello

O objetivo deste trabalho é apontar e compreender a dimensão política contida nos processos de construção da memória coletiva representados nos eventos de rememoração de grandes sofrimentos sociais. Por meio da observação etnográfica das cerimônias anuais oficiais nacionais ocorridas entre 2004 e 2009 para marcar o atentado terrorista ocorrido em Madri em 11 de março de 2004, quando 191 pessoas foram mortas, descrevem-se as formas de desacordo que emergiram nas margens dessas rememorações e que depois chegaram a seus centros.

Palavras-chave: rememoração, memória coletiva, atentados de Madri, terrorismo, 11 de Março

The article **Politics on the Fringes of Memory: An Ethnography of the Official Memorial Ceremonies of the Terrorist Attacks of 11 March 2004 in Madrid** aims to comprehend the political dimension involved in the collective memory construction processes represented through memorial ceremonies for tragedies. By means of ethnographic observation of the annual official ceremonies held between 2004 and 2009 to mark the terrorist attacks in Madrid on 11 March 2004, which killed 191 people, we describe the forms of disagreement that emerged on the fringe of these memorial events.

Keywords: memorial, collective memory, Terrorist Attacks in Madrid, terrorism, 11 March

A história “oficial”, a dos livros de escola, e a memória coletiva, aquela dos grupos sociais, são geralmente tomadas como duas coisas bem distintas, ao menos segundo a resposta de Maurice Halbwachs às objeções feitas por Marc Bloch após a publicação dos *Cadres sociaux de la mémoire*, em 1925 (1997 [1950])². O abismo entre esses dois campos foi, entretanto, pouco a pouco atenuado pela atenção conferida às políticas da memória, que, fazendo dialogar as memórias coletivas e a memória “histórica”, esforçou-se para construir “a” memória pública oficial. Uma política pública da memória poderia definir-se, segundo Johann Michel (2010), como o conjunto de intervenções que visam produzir e impor a uma determinada coletividade lembranças comuns apoiando-se sobre instrumentos de políticas públicas específicas. Na ponta da fila desses instrumentos se encontram as cerimônias de rememoração.

Recebido em: 20/04/10
Aprovado em: 13/05/10

1 Devo agradecer a Daniel Cefai pelo incentivo e os conselhos na realização deste trabalho. Minha reflexão também amadureceu consideravelmente com o intercâmbio com Johann Michel, no seminário “Os testes da memória coletiva”, que ministramos juntos na EHESS. Uma versão anterior deste texto foi apresentada no seminário “História da Espanha, séculos XIX e XX” (EHESS/Colégio de Espanha), ministrado por Jordi Canal, Mercedes Yusta e Stéphane Michonneau. Uma outra versão foi debatida por Alain Cottareau e Louis Quééré. Desejo expressar aqui minha gratidão a todas essas pessoas por seus comentários estimulantes e preciosos.

2 Capítulo 2, “Mémoire collective et mémoire historique”.

Essas cerimônias, como rituais, no sentido durkheimiano do termo (DURKHEIM, 1979 [1912]), visam substituir uma memória pública consensual, que permite apaziguar o corpo social e reforçar sua coesão, por memórias “*daquilo que se passou*”, portadoras de divisões entre grupos sociais afetados de maneira diferente pelo evento em questão³. Por essa razão, as lembranças raramente são realizadas no lugar exato onde o evento comemorado ocorreu: os “lugares da memória” (NORA, 1997) diferem da “memória dos lugares” e contribuem mais para desviar a atenção do evento inicial em favor de uma celebração a serviço sobretudo do presente⁴. Como observa também Luc Boltanski, o objetivo de uma lembrança é o de reduzir a incerteza e a inquietação a respeito daquilo que se passou a fim de apagar as controvérsias e divisões que o evento inicial pôde suscitar (BOLTANSKI, 2009, p. 151)⁵.

As lembranças podem também ser concebidas como instrumentos de uma política que objetiva dar segurança às instituições contra a ameaça sempre latente chamada por Claude Lefort (1981, p. 83) de “indeterminação do social e do histórico”. Dito de outra maneira: os instrumentos de uma política que deseja fazer esquecer o político, se assim podemos defini-lo, com Claude Lefort (1986) e Jacques Rancière (1990; 1995), o político como o caráter irreduzível da pluralidade, da heterogeneidade e da divisão contida em toda sociedade democrática, que a política esforça-se para enquadrar, restringir e até mesmo apagar.

Pois como o Estado democrático esforça-se constantemente para abafar e ocultar a divisão, ela é, segundo Lefort (1981, p. 67), “o teatro de uma contestação [...] que toma forma a partir dos lares que o poder não pode totalmente controlar”. Considerando-se o papel desempenhado pela lembrança nesse esforço, podemos pensar razoavelmente que ela seja um dos cenários privilegiados dessa contestação. Entretanto, estudos sobre as lembranças até o presente pouco enfatizaram as tensões e resistências que é capaz de suscitar o dispositivo cerimonial de produção de consenso⁶. Elas poderiam servir para estudos de caso específicos: quando se trata de “mortes coletivas” resultantes de acidentes (CLAVANDIER, 2001, pp. 27-43; 2004), a lembrança é tão menos objeto de questionamento que aquilo

3 Nesse sentido, Gérard Namer (1987) distingue “memória comemorativa” e “memória de eventos”.

4 Esse fenômeno foi bastante documentado em Foote (2003 [1997]). E Halbwachs (1971 [1941]) já o sublinhava em seu estudo das lembranças evangélicas na Terra Santa.

5 Ver também, de modo mais amplo, os capítulos 3 e 4, “Le pouvoir des institutions” e “La nécessité de la critique”.

6 À exceção do notável trabalho de Stéphane Latté (2009) sobre as lembranças da catástrofe de AZF, ocorrida em Toulouse, 21 de setembro de 2001.

que é lembrado se mostra mais como drama privado com um peso relativo (para um grupo social, uma comunidade, talvez uma região) do que como um evento político de amplitude nacional a tocar a maioria dos cidadãos além daqueles que foram diretamente atingidos (caso de uma guerra ou atentado). E as coisas são ainda menos simples no caso de eventos de porte histórico que tenham levantado intensas e duradouras controvérsias e tenham sido vividos e interpretados de maneiras diferentes por grupos sociais antagônicos. Pode-se pensar especialmente nas lembranças da Guerra do Vietnã nos Estados Unidos (WAGNER-PACIFICI e SCHWARTZ, 1991, pp. 376-420); na França, nos debates em torno da memória da Guerra da Argélia (STORA, 2005; SAVARESE, 2007); ou ainda nas dificuldades encontradas no que toca à memória da onda terrorista que se abateu sobre a Itália nos anos 1970 e 1980⁷. E o atentado de 11 de março [de 2004] em Madri, Espanha, que abordamos neste estudo, sem dúvida entra nessa segunda categoria.

1. O 11 de março de 2004: um evento que marca uma data, mas não um consenso

O atentado de 11 de março de 2004, que fez 191 mortos e 1.800 vítimas, é o mais importante já ocorrido na Espanha. É assim que a mídia espanhola, mas também, por exemplo, o jornal *L'Humanité*, em sua edição de 12 de março de 2004, falaram de um “11 de Setembro espanhol”. Outros, como *Le Monde* ou a revista americana *Newsweek*, evocam um “11 de Setembro europeu”. De fato, o atentado de 11 de março de 2004 é o mais grave que aconteceu na Europa, depois do de Lockerbie. Seguindo a proposição do deputado português José Ribeiro e Castro, o dia 11 de março foi proclamado pela Comissão Europeia “O Dia Europeu em Memória das Vítimas do Terrorismo”⁸. Tal como o 11 de Setembro, o “11 de Março” é uma data, que se tornou nome próprio e até uma sigla, “11-M” (CALABRESE STEINBERG, 2008). Rapidamente ela entrou nas memórias coletivas e foi colocada a serviço de uma política de memória em nível europeu. Então, trata-se de uma data que demanda imperativamente uma lembrança. Mas, como fazê-la?

7 Sobre esse assunto, consultar os trabalhos de Anna Lisa Tota, e precisamente um artigo (2005) bastante interessante em que ela esquematiza uma comparação com o atentado de 11 de março de 2004 em Madri, que abordamos no presente texto.

8 Consultar principalmente o site do Réseau Européen des Associations des Victimes du Terrorisme (Rede Europeia das Associações das Vítimas do Terrorismo), iniciativa da Comissão Europeia, responsável por organizar atos comemorativos a cada 11 de Março em toda a Europa: www.europeanvictims.net.

A rememoração do 11-M levanta problemas delicados. Primeiramente, alguns originam-se nas consequências políticas do próprio evento: três dias após o atentado, ocorreram as eleições legislativas espanholas, que, contrariando os prognósticos até aquele momento, deram vitória ao Partido Socialista y Obrero Español (PSOE), contra a legenda então no poder, o Partido Popular (PP). Essa vitória levou ao governo o jovem dirigente socialista José Luís Rodríguez Zapatero. A virada eleitoral deu o que falar na Espanha. Alguns viram nela o resultado de um voto de sanção contra o governo que estava de saída, de José Maria Aznar, tido como responsável pelo atentado em razão de seu obstinado compromisso com a Guerra do Iraque. Outros, ao contrário, julgaram que a opinião pública espanhola se deixou influenciar pelos terroristas e o resultado inesperado das eleições inspirou uma teoria da conspiração. De um lado ou de outro, as condições nas quais se desenrolaram as eleições em 14 de março daquele ano⁹ abalaram, ao olhar de uma parcela considerável dos espanhóis, a legitimidade do governo, que se levantaria, em seguida, para organizar as cerimônias de rememoração nacional do 11 de Março.

As consequências políticas do 11-M são, na realidade, indissociáveis dos problemas de interpretação ligados ao evento em si. Se o 11-M é um evento que marcou uma data, ele está longe de ter criado um consenso. Sempre houve e sempre haverá definições opostas no que diz respeito à situação gerada por esse atentado, e isso pesa no processo rememorativo. Recorrer ao “caso constitutivo” (TROM, 2003) do 11 de Setembro para definir a situação aberta pelo 11 de Março significa tecer implicitamente uma familiaridade, um parentesco entre os dois eventos e sublinhar a tese de um atentado cometido pela Al-Qaeda. Por outro lado, interpretar o 11 de Março por um reflexo “obsidional” (DESAZARS DE MONTGAILHARD, 2007) corresponderia a inscrevê-lo em uma longa linhagem de atentados já vividos pela Espanha e a uma recusa em admitir-se que o ETA¹⁰ pudesse não estar implicado nesses atentados. Uma vez na oposição, o PP não cansará de enfatizar essa definição da situação, privilegiando uma causalidade intranacional (em oposição a um “11 de Setembro espanhol”, originado no terrorismo internacional) a fim de desestabilizar o governo. E com a con-

9 Para maiores detalhes sobre as controvérsias surgidas imediatamente após os atentados de Madri, ver: Bérout (2006).

10 Organização separatista marxista-leninista basca Euzkadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade). (N.T.)

clusão do processo de investigação a respeito dos atentados tendo fracassado, em 2007, em estabelecer provas materiais da relação entre os terroristas islâmicos responsáveis pelo 11-M e a Al-Qaeda, essa rivalidade entre as definições da situação realmente não foi resolvida. Pelo contrário, ela transbordou as fronteiras da Espanha: tornando o 11 de Março o “O Dia Europeu em Memória das Vítimas do Terrorismo” a Comissão Europeia reconheceu, em um só gesto, o 11-M como um “11 de Setembro europeu”, bem como estabeleceu um “princípio de equivalência” (BOLTANSKI, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) entre todas as vítimas do Terrorismo (com T maiúsculo) na Europa, seja ele islâmico e internacional (principalmente Al-Qaeda) ou separatista e intranacional (ETA na Espanha, IRA na Grã-Bretanha)¹¹.

Ora, é precisamente sobre esse ponto que as vítimas se dividem (CHAUMONT, 1997), particularmente na Espanha: os vitimados do 11-M seriam – sim ou não – similares às vítimas do “Terrorismo”, por assim dizer, “como os outros”? Em parte é isso que explica que na Espanha desmembrem-se quatro principais associações entre vítimas do terrorismo e/ou do 11-M (e mais de dez fundações) e que todas, a cada 11 de março, organizem seus próprios atos rememorativos, não necessariamente se unindo ao conjunto de cerimônias oficiais organizadas pelas autoridades públicas. A cada 11 de março, na aglomeração urbana de Madri, tem lugar um mínimo de aproximadamente uma dúzia de cerimônias diferentes e que foram objeto de nossas observações etnográficas. Neste artigo, nos concentramos nas cerimônias públicas oficiais e, particularmente, na rememoração nacional. Descrever as formas de desacordo que emergiram nas margens dessa rememoração e que depois chegaram a seus centros é uma maneira, esperamos eficaz, de esclarecer a evolução do processo rememorativo do 11-M nos últimos cinco anos.

2. O 11 de março de 2005 e de 2006: quando a rememoração reaviva divisões políticas

Para que a rememoração aconteça, é preciso um lugar. Desde o dia seguinte ao atentado e nas semanas que se seguiram, foi a própria Estação de Atocha que se tornou o teatro de

11 Para uma tipologia das diferentes formas de terrorismo e para uma desconstrução da categoria geral de “Terrorismo”, ver Tilly (2004).

12 Os trens que explodiram em 11 de março de 2004 convergiam para a estação de Atocha e dentre as 190 vítimas mortas na hora, 98 faleceram na estação ou no nível *calle Téllez*, situado ao longo da primeira via, a alguns metros da estação de Atocha.

13 Além do livro de Jack Santino (2006) sobre o assunto, podemos mencionar Grider (2001). O fenômeno é similar ao que pôde ser observado na Ponte d'Alma após a morte de Lady Diana (LESCEURS, 2005).

14 “Carta abierta de los trabajadores y trabajadoras de Madrid Atocha Cercanías”, *Rojo y Negro*, journal du syndicat CGT (*Confederación General del Trabajo*), em 31 de maio de 2004: www.rojoynegro.info/2004/article.php3?id_article=1603.

15 O *Espacio de Palabras* era provisório; ele foi retirado em julho de 2007, pouco depois da inauguração do monumento definitivo às vítimas do 11-M, *Puerta de Atocha*. Ele permaneceu operante pouco mais de três anos.

16 Segundo Kenneth E. Foote (1997), esses “jardins de memória” mostraram tendência a se multiplicar nos Estados Unidos desde a década de 1990, o principal deles aquele criado após o atentado de Oklahoma, em 1995. Em 2004, um jardim desse tipo foi aberto também no Hyde Park, em Londres, em memória à Lady Di.

uma rememoração permanente¹²: milhares de pessoas ali vão homenagear as vítimas. Durante bastante tempo, a estação ficou lotada de centenas de velas, de flores e de objetos os mais variados. As paredes e vidraças exteriores foram inteiramente cobertas de mensagens impressas, inscrições, etiquetas e grafites (muitos deles não sendo mensagens de compaixão ou condolências, mas sim mensagens políticas, denunciando a responsabilidade de Aznar em termos às vezes extremamente veementes) (SÁNCHEZ-CARRETERO, 2006). A dimensão desse fenômeno de “santuarização”¹³ foi tamanha que rapidamente se tornou difícil circular e trabalhar na estação.

Em uma carta aberta datada de 31 de maio de 2004, os empregados do terminal manifestaram o desejo de que o santuário improvisado na estação fosse definitivamente substituído por um memorial permanente e mais discreto¹⁴. Em 9 de junho de 2004 foi então inaugurado em Atocha o “Espacio de Palabras” (Espaço das Palavras) – um dispositivo inédito composto de dois terminais informatizados conectados à internet e permitindo gravar uma mensagem em memória das vítimas sem que para tanto o volume das mensagens entravasse o espaço da estação (e é preciso mencionar que um filtro automático autorizava apenas as mensagens consensuais e suprimia automaticamente todas as mensagens de insultos, fossem elas dirigidas aos terroristas ou aos políticos) (TRUC, 2010). O objetivo era, designando à rememoração do 11-M um espaço restrito e claramente delimitado, conter toda e qualquer insurgência conflituosa de “santuarização” da estação. Mas, para consegui-lo, fez-se necessário desviar a rememoração do primeiro ponto em que ela havia se fixado, criando em outro lugar um memorial específico e duradouro¹⁵.

Em maio de 2004, por ocasião do casamento do príncipe das Astúrias, herdeiro da coroa espanhola, com Letizia Ortiz, foi criado, em frente à estação, no meio da Ponte Carlos V, um jardim em memória das vítimas do atentado (uma solução que se tornou bastante clássica quando um memorial deve ser erigido em lembrança de um drama¹⁶). Em um segundo momento, em novembro de 2004, a prefeitura de Madri decidiu deslocar essa homenagem vegetal, dando a ela um lugar definitivo no Parque do Retiro, a algumas centenas de metros da estação: 192 oliveiras e ciprestes – uma árvo-

re por vítima¹⁷ – foram então plantados sobre uma pequena colina artificial, margeada por um córrego. Este “Bosque de los Ausentes” (Bosque dos Ausentes), rebatizado mais tarde como “Bosque del Recuerdo” (Bosque da Lembrança)¹⁸, foi inaugurado na primeira comemoração oficial do 11-M, em 2005. A cerimônia foi celebrada com grande pompa: além do chefe do governo, Zapatero, estavam presentes o rei e a rainha da Espanha, o rei do Marrocos, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, aos quais se uniram o embaixador e o ministro da Justiça americanos. A cerimônia aconteceu ao meio-dia, enquanto em toda a Espanha se observaram cinco minutos de silêncio. Correram o mundo as imagens de Madri a se mobilizar em memória do 11-M, dos motoristas que paravam no acostamento da estrada para respeitar minutos silenciosos. Um ano após os atentados, a lembrança do drama e da emoção que eles suscitaram estava ainda suficientemente viva para que a comemoração fosse unânime.

Porém, em 11 de março de 2006, a mesma cerimônia, organizada à mesma hora, no mesmo jardim, não suscitou a mesma unanimidade. Para compreender como puderam emergir as divisões e disputas que vimos no público naquele dia, é necessário considerar diferentes elementos do contexto. Em 2006, diferentemente de 2005, nenhum representante internacional estava presente no Retiro, e a comemoração tomava então um sentido e um caráter estritamente nacionais, o que reforçou, desta vez, a presença de representantes das principais associações de vítimas. O casal real não mais presidia a cerimônia¹⁹. Naquele ano, o “mestre” de cerimônias tornou-se, conseqüentemente, Zapatero. Ora, o casal real espanhol goza de um prestígio e de uma legitimidade superiores ao do chefe do governo. A atitude da família real após o 11-M reforçou esse capital simbólico, enquanto, como vimos anteriormente, uma parte dos cidadãos espanhóis consideravam que Zapatero “devia” sua eleição ao atentado – e a seus olhos isso o tornava ilegítimo. Zapatero era ainda mais ilegítimo, visto que ele havia declarado oficialmente 2006 como “Ano da Memória Histórica” (LEIZAOLA, 2007), em resposta a um movimento iniciado no final dos anos 1990 pelos descendentes dos fuzilados republicanos e das vítimas da Guerra Civil (da qual ele mesmo tomara parte) para dar fim aos deliberados esquecimento e silêncio mantidos até ali a respeito

17 A 192ª vítima fora Francisco Javier Torronteras, policial morto em serviço na explosão do apartamento dos presumidos terroristas durante sua perseguição.

18 Essa mudança de nome foi concretizada em 11 de março de 2006, por conta de um pedido formulado pela principal associação de vítimas do 11-M, a Associação 11-M Afectados por el Terrorismo, presidida por Pilar Manjón.

19 Alguns órgãos de imprensa franceses afirmaram o contrário, pensando, certamente de maneira um pouco precipitada, que a comemoração de 2006 foi igual à de 2005 (a partir de nossas observações da comemoração, nenhum jornalista francês estava presente). Na realidade, o único ato comemorativo ao qual o rei e a rainha da Espanha estiveram presentes em 2006 foi um concerto de “homenagem às vítimas dos atentados de Madri e Londres”, organizado pela Fundación Víctimas del Terrorismo, na noite de 10 de março, no Auditório Nacional de Música, em Madri.

dos crimes franquistas (ROZENBERG, 2006; 2007). Fazendo isso, Zapatero assumiu o risco de revitalizar na Espanha uma “guerra de memórias” e de igualmente reavivar velhas feridas mal cicatrizadas (ALARY e CORRADO, 2007).

Assim, em 11 de março de 2006, ao meio-dia, quando Zapatero entra a pé no Retiro – tendo por trás dele uma comitiva de representantes políticos nacionais, a multidão que ele atravessa manifesta uma certa ambivalência em relação a ele. Alguns aplaudem e o aclamam. Escuta-se, por exemplo, gritos de “¡El primero!” ou de “¡Viva Zapatero!”. Mas essas exclamações não são repetidas por todos. Pelo contrário, um dos homens que havia aprovado publicamente o chefe de governo é chamado à parte por outro homem. O primeiro responde, fazendo chacota do segundo. As pessoas em torno riem ou brincam (Foto 1), a discussão não é levada a sério: aquele que lança as sementes da discórdia é considerado simplório, um louco. Porém, ele não cede e insiste. Enquanto a cerimônia começa, a uma distância de mais ou menos 50m de seu núcleo, portanto longe do corpo oficial e de Zapatero, e também à margem do público, os dois homens batem boca durante mais de 10 minutos. Eles não respeitam o minuto de silêncio nem ouvem sequer uma nota do concerto que se segue. E quando, finalmente, a disputa ameaça incomodar o público da cerimônia, dois oficiais de polícia intervêm para separar os protagonistas e apaziguar a situação: haviam desaparecido os sorrisos nos rostos das pessoas que assistem à cena (Foto 2).



Fotos 1 e 2: desordem localizada à margem da cerimônia no Retiro

Quando, uma vez terminada a cerimônia, Zapatero deixa o parque tomando o sentido inverso ao caminho que fez ao chegar, as exclamações eram ainda “¡Viva Zapatero!”, mas há também “¡Presidente de la calle!” (Presidente da rua!). E novamente

uma disputa explode no meio da multidão, ainda mais viva. Desta vez, em poucos minutos, ela cresce: mais de 20 pessoas estão envolvidas e formam dois grupos que se enfrentam, os pró e os anti-Zapatero. Intrometem-se outros, que acreditam ter ouvido coisas que “não poderiam deixar por isso mesmo”. Aqueles que proferiram insultos ao chefe de governo são chamados a se justificar: “É o meu presidente! Se você o insulta, você me insulta também!”, diz uma mulher indignada (Foto 3). O homem a quem ela se dirige não se deixa abater: “E o outro (Aznar), também não era seu presidente?” Os anti-Zapatero assumem posturas de provocação, fingindo estar prontos a atacar. Escuta-se: “Vamos lá! Vem!” O tom se eleva. Forma-se uma audiência, uns parecem divertir-se; outros, estão indignados. “Vocês estão brigando sobre pessoas mortas! No dia da morte deles! É indecente!” Alguns jornalistas e câmeras de televisão chegam. Novamente, os policiais – desta vez a cavalo – intervêm para separar os mais febris. Quinze minutos se passam desde o começo da briga e a multidão começa a se dispersar, mas a disputa continua ainda mais forte, de modo fragmentado, nos arredores do Bosque da Lembrança. De uma querela localizada entre algumas pessoas, passa-se, sensivelmente, a um tipo de “terra de ninguém”: lá e cá no Retiro, pequenos grupos debatem febrilmente sobre a maior parte dos temas centrais da política e da história da Espanha (Foto 4). O elemento que deu origem às discussões, a passagem de Zapatero, parece esquecido; as disputas apontam para generalidades: nas frases que colhemos de uma briga a outra, os temas são a constituição, a unidade da Espanha, o rei, a Guerra Civil... Um jovem que defende Zapatero é interpelado por um senhor que poderia ser seu avô: “Você não conheceu Franco, não sabe do que está falando!” Quarenta e cinco minutos após o final da cerimônia, algumas das discussões ainda continuam...



Fotos 3 e 4: brigas de grupos após a cerimônia do Retiro

Nos jornais do dia seguinte, os incidentes encontram uma repercussão fraca, quase nula. A maior parte dos comentários permanece, como em 2005, à cerimônia em si, à “sobriedade” (em relação ao fausto do ano precedente), seu desenrolar, a “emoção” do público presente no parque. É verdade que as disputas não atrapalharam o evento e que os representantes políticos não participaram delas diretamente. No entanto, esses incidentes limitados anunciariam um questionamento do processo rememorativo ao mesmo tempo mais amplo e mais grave que adquiririam, a partir do ano seguinte, visibilidade midiática.

3. O 11 de Março de 2007: quando o político se sobrepõe à rememoração

A indicação de um espaço de memória sob a forma de um jardim rememorativo, ao mesmo tempo perto e longe da estação em que se deu o atentado não impede a perpetuação de estratégias de eventual santuarização da dita estação – principalmente em torno do Espacio de Palabras – a cada 11 de março, tanto em 2005 quanto em 2006. Esse jardim parece certamente pequeno demais e demasiado discreto comparado ao fato que é por ele marcado. Para que a política rememorativa colocada em funcionamento pelos poderes públicos fosse plenamente eficaz, era preciso criar mais que um simples memorial, mas um verdadeiro “monumento às vítimas”, à altura do drama e do impacto que teve na Espanha e no mundo. A princípio prevista para o segundo aniversário, sua inauguração foi em seguida anunciada para o começo do segundo semestre de 2006 e finalmente aconteceu no 11 de Março de 2007.

Era grande a expectativa popular em relação a esse ícone. O processo de elaboração, o projeto, a forma do monumento, suscitaram comentários e debates na imprensa mesmo antes da inauguração. Porém, a data escolhida para essa inauguração não poderia ter sido mais infeliz. O contexto era mais delicado do que em 2006. De um lado, o ETA havia anunciado uma trégua nos momentos seguintes ao aniversário do 11-M, em 22 de março de 2006; Zapatero declarara, em 29 de junho, que aceitava o diálogo com os terroristas.

Mas, para pressionar o governo, a organização atacou o aeroporto de Madrid em 30 de dezembro. Mesmo Zapatero tendo anunciado a ruptura imediata das negociações, ficou com sua imagem desestabilizada. Mais do que nunca, ele se tornou objeto de ataque de toda uma camada de cidadãos espanhóis que viam nele nada mais nada menos que um aliado dos terroristas e um inimigo da nação. A um ano das novas eleições legislativas, o PP e seu dirigente, Mariano Rajoy, sopravam sobre esse tema como sobre uma brasa. Na véspera das comemorações, na noite de sábado, 10 de março de 2007, eles convocaram em Madri uma grande manifestação de “defesa da Constituição e da nação espanhola”, com enorme sucesso. As ruas em torno da Plaza Colón estavam repletas de gente e, segundo os apresentadores de TV, Madri não havia recebido tantos ônibus de toda a Espanha desde a última visita do papa João Paulo II à capital... Fato significativo: no decorrer de todas as cerimônias que observei naquele ano, Zapatero e os membros do governo foram pouco ou quase nada aplaudidos, enquanto Rajoy, que nos anos precedentes passara despercebido, era naquele momento alvo de entusiasmados aplausos quando aparecia. A isso se acrescentava o processo de investigação do 11-M, que teve lugar de 15 de fevereiro a 2 de julho de 2007: era a ocasião de regurgitar os fatos, o desenrolar do atentado, as zonas sombrias da investigação. As teorias conspiratórias nunca estiveram tão vivas quanto naquele momento; o movimento dos *Peones Negros* convocava manifestações nas principais cidades espanholas “todo dia 11 de cada mês”, objetivando clamar pela “verdade” sobre o 11-M e estabelecer conexões para a reabertura da investigação do atentado do 11 do Setembro (Reopen911). Por todas essas razões, o ano de 2007 marca o ápice das tensões relativas ao 11-M no seio da sociedade civil espanhola. A situação era explosiva e realmente explode paralelamente à inauguração do monumento em 11 de março de 2007.

Apesar disso, os poderes públicos haviam tomado precauções para evitar que reações exageradas ou perturbações manchassem a cerimônia de inauguração do monumento pelo casal real espanhol, em presença de toda a classe política do país e de câmeras de televisão do mundo inteiro. Um perímetro de centenas de metros protegia os arredores da Puerta de Atocha, o lugar do evento, de maneira que aque-

les que não tinham convite (os não afiliados às associações das vítimas) se encontravam bem longe. Mas tudo isso não impediu que um escândalo explodisse no coração da cerimônia. As mídias não perderam tempo: no momento final do evento, enquanto a família real e Zapatero passam diante da tribuna reservada aos membros das associações das vítimas, um homem se levanta empunhando um cartaz onde se pode ler “11-M. Acebes²⁰ na prisão por negligência criminal. Aznar diante do Tribunal Penal Internacional”. Ao lado dele, dentro da tribuna, algumas pessoas aplaudem, enquanto outras protestam. É flagrante a falta de consenso, inclusive dentre os membros das associações de vítimas.

Enquanto isso, entre a grande multidão presente naquele domingo ensolarado para assistir à inauguração, mas relegada à distância de muitos metros da cerimônia, a frustração só faz crescer²¹. Incapaz de ver ou escutar algo da cerimônia, sem saber em que fixar sua atenção, muitos começam a expressar publicamente sua irritação e indignação. Pouco a pouco, um incômodo geral se instala. Assim que uma conversa começa, formam-se partidos para sustentar os protagonistas e antagonistas. Pessoas que antes estavam fora das conversas começam a interpelar um ou outro dos participantes das querelas, e em seguida se intrometem no debate. Alguns argumentos são, por vezes, recebidos com palmas. Os jornalistas se mesclam à multidão e fazem entrevistas que rapidamente canalizam a atenção: os presentes se dirigem espontaneamente a eles para dar testemunho e aqueles que são inquiridos se inflamam, fazendo valer sua indignação, suscitando ao redor aplausos ou vaias. Um homem de mais ou menos 60 anos reclama diante da câmera de televisão que os madrilenos que vinham espontaneamente assistir à cerimônia eram mal recebidos, mantidos afastados por policiais desagradáveis e não podiam acompanhar a nada do que se passava. Ao lado dele, uma mulher o aprova espontaneamente: “Está mal organizado, muito, muito mal-organizado!” Um outro homem discorda e uma briga começa diante de mais ou menos 15 pessoas e de uma câmera, como em 2006 no Retiro, mas desta vez de maneira mais veemente, menos direta, mas em uma erupção mais gritante. Tal qual no ano precedente, debates se tornam mais generalistas: da organização da cerimônia, passa-se

20 Ángel Jesús Acebes Paniagua, político espanhol do Partido Popular. (N. T.)

21 No blog (em inglês) de José M. Rivas, ele conta: “Às 10h45, eu estava descendo o Paseo de la Infanta Isabel quando um policial bloqueou minha passagem e me perguntou aonde eu ia. (...) Respondi com entusiasmo que ia à inauguração do monumento. Depois de ter dormido pouco e ter acordado mais cedo do que eu deveria em um domingo, as palavras que ele preferiu não caíram bem. Ele me disse: ‘Desculpe, você não pode passar enquanto não tiver terminado’”(http://josecinalhabla.blogspot.com/2007/03/atocha.html)

rapidamente à atitude da classe política em geral; desaprovava-se os socialistas por negociarem com os criminosos do ETA, colocando em perigo a unidade da nação, enquanto contra os partidários do PP são lembrados os crimes franquistas e a Guerra do Iraque. As divisões que se expressam desse modo sem dúvida apareceram claramente na sociedade espanhola pela primeira vez em 2003, durante as manifestações de oposição ao conflito iraquiano (LUZ MORÁN, 2005) que decretaram o fim do “consenso democrático”. Na multidão, vejo um homem com uma faixa dessas manifestações, onde se lê, em letras cor de sangue sobre fundo negro: “Não à guerra”. Uma mulher empunha uma faixa onde se lê: “Ainda odeio Aznar”. Uma outra mulher, de uns 50 anos, segura uma faixa pró-Zapatero e um bóton do PSOE; ela procura convencer as pessoas em torno, como faria um cabo eleitoral durante uma campanha. Ela lidera a batalha de argumentos por onde passe e quando enfim encontra alguém que partilha de suas convicções, põe-se a saltitar de alegria.

Nesse exato momento, pouco mais de uma hora após o término da cerimônia, uma vez que todos os representantes oficiais se foram – ou seja, um pouco antes da 13h –, o dispositivo de segurança foi desativado e as ruas que conduzem a Atocha foram reabertas: a multidão pode enfim se aproximar do monumento que veio ver e se apressa a invadir o local. Assisto então a uma forma de apropriação popular do monumento, uma espécie de “parainauguração” que gera uma cena bastante surrealista, que a mídia abordou abundantemente. Aos pés do monumento às vítimas do 11-M e da bandeira hasteada, a multidão de centenas de espanhóis se divide em dois grupos que se enfrentam, verbal, mas violentamente, durante uns 30 minutos por intermédio de slogans praticamente em jogral (Foto 5). De um lado, um grupo liderado por dois homens que fazem tremular bandeiras da Espanha (Foto 6) e gritam principalmente “Quem foi, não sabemos” e “Espanha unida jamais será vencida”. Ainda que em minoria em relação ao resto da multidão, eles adotam uma atitude provocadora. Do outro lado, um grupo mais numeroso os rejeita (Foto 7), cobrindo suas vozes com frases do tipo “Zapatero, você não está sozinho”, “Vocês, fascistas, são os terroristas”, “Estes mortos são culpa de Aznar”, “Nossos mortos, sua guerra”, e ainda slogans que remetem à oposição à Guerra do Iraque, como

“Não à guerra” ou “Aznar, canalha, te vemos lá em Haia” e, por fim, “Nós viemos, ninguém nos trouxe”, em referência ao ônibus fretado no dia anterior pelo PP para encher as ruas de Madri com a oposição ao governo. De uma parte e de outra, salvas de palmas se intercalam entre cada afirmação.



Fotos 5 e 6: grupos se opõem ao redor do monumento em Atocha

A polícia e a Defesa Civil se veem forçadas a intervir: em um primeiro momento, fazem as pessoas descerem da lage aos pés do monumento e ficam nos arredores das brigas que perduram. Em seguida, às 13h30, visto que a paz ainda não se estabeleceu, os policiais avançam a fim de dar cabo aos debates e dispersam a multidão de forma a permitir também a retirada das tribunas que haviam sido instaladas para a cerimônia. Porém, a atmosfera permanece elétrica em torno de Atocha: a multidão, que ainda há pouco fora dispersa, reage em pequenas centelhas, gritando, proferindo slogans, insultos e tomando partidos, aglomerando-se em torno de pessoas que brigam (Foto 8). Um homem de uns 60 anos aponta os partidários do PP gritando: “Assassinou!” A mulher partidária de Zapatero agora canta slogans saltitando diante de uma câmera de TV. Outras mulheres assistem a essa cena estimulando-a e aplaudindo. De forma espontânea, subgrupos se formam e se dissolvem. A multidão em movimento focaliza sua atenção a um lugar e em seguida parte em direção a um outro lugar; os polemistas, sempre os mesmos, passam de uma briga a outra: aqui eles têm uma opinião a dar; lá, um argumento a recusar, mais adiante uma nuance a colocar. A polêmica circula mas não se apaga. O fenômeno é o mesmo que ocorreu no ano precedente, em 2006, porém amplifica-

do. Um jovem blogueiro que faz anotações é interrompido por um homem mais velho que pergunta se ele é jornalista (esse tipo de coisa não acontece somente com sociólogos em observação etnográfica...) ²². No dia seguinte, seu blog ilustra bem a escalada rumo à generalidade de temas políticos espanhóis que a situação ocasiona mais uma vez:

Eu sorrio e digo: “Não, estou fazendo anotações para meu blog”. Ele diz: “Ah, seu blog... um jornal pessoal, não é?” E começa a me dar sua opinião sobre o que está acontecendo: fala do antigo presidente Felipe Gonzalez, da corrupção, dos líderes sindicais (por que eles não estavam presentes nas manifestações contra o terrorismo visto que a maioria das vítimas do 11-M eram trabalhadores?), aos políticos que foram exilados durante a ditadura de Franco e que mais tarde voltaram para viver (e se enriquecer) na Espanha, frequentemente recusando as ideias que antes defendiam e traíndo aqueles que neles confiaram, arruinando suas esperanças e a memória daqueles que lutaram por esses ideais e foram mortos ²³.



Fotos 7 e 8. Uma mulher grita um slogan contra o grupo adversário e uma disputa localizada que persiste após a intervenção da polícia

Por vezes, algumas pessoas tentam atuar como mediadoras, fazendo apelo ao respeito à memória das vítimas, mas em vão. Dessa forma, algumas saem de Atocha indignados com a situação: “Que vergonha!” Outras assistem à cena com evidente ceticismo ou com uma certa preocupação estampada no rosto. Outras ainda, mais jovens ou estrangeiras, parecem insolentes e caçoam dos protagonistas. Muitas tiram fotos. Em uma hora, a maior parte da multidão se dispersou, mas ainda resta um núcleo vivo de disputa que canaliza a atenção de umas cem pessoas e duas câmeras de TV. As câmeras par-

22 Durante nossas observações na estação de Atocha (que constituem um outro aspecto de nossa pesquisa sobre o 11-M sobre o qual não tratamos aqui) fui também tomado por jornalista, ou ainda... um “espião estrangeiro” nos calcanhares do governo. Nesses dois casos, isso confirma o jogo político fortíssimo ligado ao 11-M e sua memória: uma posição de observador “neuro” parece pouco crível ou quase inconcebível.

23 Blog de José M. Raviás, postado em 12 de março de 2007, *op. cit.*

tem e o público também, pouco a pouco. Os policiais vão embora, antes mesmo dos polemistas! Contudo, gradualmente a disputa se torna discussão. Em torno de 20 pessoas permanecerão (dentre eles a partidária de Zapatero, que durante alguma batalha perdeu seu broche do PSOE) em frente à entrada da Estação de Atocha e do novo monumento, a debater e debater. Mais de duas horas e meia após a cerimônia, tanto o assunto quanto suas forças se esgotariam...

4. O 11 de Março de 2008 e de 2009: quando o político termina por tomar o lugar da cerimônia pública oficial

A cena que acabamos de descrever permanecerá como um marco no processo rememorativo do 11-M. Nunca mais se chegará a esse nível de discórdia. De um lado porque o contexto evoluirá (término oficial da trégua com o ETA em junho de 2007, veredicto do processo do 11-M divulgado em outubro do mesmo ano, e reeleição de Zapatero em 10 de março de 2008), mas também porque os poderes públicos procuram realizar a cerimônia de forma cada vez mais discreta.

Em março de 2008, tendo em vista o que se passou no ano anterior, um sentimento de incerteza paira sobre o processo rememorativo: onde serão celebradas as cerimônias? Com que personalidades oficiais? Desta vez, como será controlado o público? Pela primeira vez desde 2004, o 11-M não é o tema das primeiras páginas dos jornais no mês de março. Quatro anos após a eleição de Zapatero, são convocadas eleições e a campanha eleitoral toma todo o espaço. Rajoy e o PP terminam por perceber que o 11-M e as críticas em relação à política antiterrorista do governo não eram necessariamente os melhores temas para captar votos a seu favor e contra o primeiro-ministro: sua campanha passa a tocar na problemática econômica e no alto custo de vida. Além disso, o ETA se manifesta dois dias antes das eleições: em 7 de março Isaías Carrasco, antigo conselheiro municipal socialista da cidade basca de Mondragón, é assassinado ao sair de casa. Passada a eleição, em 10 de março, são observados alguns minutos de silêncio à sua memória em toda a Espanha. Enfim, enquanto as eleições ainda não haviam acontecido, era difícil prever o desenrolar da cerimônia rememorativa, porque não se sabia

quem, Zapatero ou Rajoy, a convocaria. Diferentemente de nos anos precedentes, no começo de março a imprensa ainda não havia anunciado a cerimônia. Com a reeleição confortável de Zapatero, em 9 de março – o que solucionou de vez a questão da legitimidade –, no dia 10 foi anunciada uma cerimônia para o dia seguinte no monumento em Atocha, como no ano precedente. Entretanto, naquele ano, o 11 de março caía em uma segunda-feira e os espanhóis tinham na cabeça somente a ideia de comemorar a vitória de Zapatero e se recolher em memória do político basco assassinado.

A partir dali, o público, bem menos numeroso que no ano anterior, se coloca a poucos metros do lugar da cerimônia, na calçada oposta. Ele tudo vê e espiona os fatos e gestos dos políticos e dos quadros oficiais. É sobretudo isso que interessara aos jornalistas no 11 de Março de 2008: a atitude de Zapatero e de Rajoy um dia após as eleições. Será que eles trocarão um aperto de mão? Será que se falarão? A cerimônia do 11-M é totalmente eclipsada por essas problemáticas políticas menores. No público, as discussões se passam como *passatempo* antes da cerimônia. Fala-se das eleições, da atitude dos políticos, alguns lembram-se do ano precedente quando não puderam ver nada por terem sido colocados longe do local do evento. Quando os dirigentes do PP chegam, os partidários aplaudem e fotografam. Em contraponto, um homem de aproximadamente 50 anos empunha um velho cartaz da época das manifestações contra a Guerra do Iraque e o brande sistematicamente ante cada uma das autoridades que saíam de seus carros. As diferenças ainda estão presentes. De vez em quando, surgem algumas discussões, mas permanecem locais. Quando Rajoy chega, é acolhido calorosamente por seus “fãs” e insultado por um homem que o trata de “lixo”. E recomeça alguns instantes mais tarde, lançando um “canalha” em direção a Zapatero. Um outro homem o interpela, dizendo que há palavras que não devem ser utilizadas... Mas, nada além disso. Enfim, a chegada do casal real dá início aos “viva!”

Aquilo que definitivamente suscita polêmica em 2008 são as cadeiras vazias na tribuna reservada às vítimas e seus entes queridos (Foto 9). Seria por ser uma segunda-feira? Ou por preguiça? Ou seria uma reação ao que se passou no ano anterior? Ou porque os convites foram enviados na última hora? O fato é que o pequeno número de vítimas presente

na cerimônia se faz notar. Bem como a distância separando o local destinado a elas daquele em que se encontra o corpo oficial. Essa distância física protocolar será reforçada, aos olhos dos espectadores, por uma distância emocional e simbólica. Na realidade, se os políticos e o casal real, ao chegarem, são saudados pelo pequeno público presente, eles não saúdam (ou o fazem muito pouco) de volta. Mais importante, eles partem sem uma palavra nem um gesto para as vítimas nem para o público (com notável exceção da rainha). Diante de nossos olhos, uma mulher de uns 40 anos com um cravo vermelho em punho se emociona junto aos jornalistas. Ela chora e diz pensar que a cerimônia parece uma farsa. No dia seguinte, em um artigo intitulado “Muitos oficiais, poucas vítimas” do jornal *Público*²⁴, reveremos a imagem de Maria, acompanhada da frase “Coloque lá em seu jornal que eles nem sequer olharam para nós”.



Foto 9: vítimas do 11-M na cerimônia de 2008, pouco numerosos e distanciados do corpo oficial (à direita, fora do campo)

Naquele 11 de março de 2008, já à noite, havia razões objetivas para inquietar-se com o processo rememorativo do 11-M. E o que aconteceria em 2009 confirmaria esses temores. Simplesmente nenhuma cerimônia oficial foi organizada: nem em Atocha, nem no Retiro. Nem o casal real nem o chefe do governo participaram de nenhum evento. Zapatero participou, como todos os outros deputados, do minuto de silêncio realizado no Parlamento espanhol. As duas únicas cerimônias oficiais foram organizadas pela presidência da região e pela prefeitura de Madri, ambas dirigidas pelo PP. Ao meio-dia, a hora “habitual” da cerimônia nacional, o prefeito, Alberto Ruiz-Gallardón, coloca uma coroa na sala

24 Periódico nacional de esquerda criado em 2007. O artigo está disponível (on-line) em: <http://www.publico.es/espana/58799>.

de recolhimento situada no monumento em Atocha e observou um minuto de silêncio. Ao mesmo tempo, dentro e fora da estação, na Puerta de Atocha, a vida pulsa intensamente. Considerando a polêmica suscitada pelo fato de não ter sido convocada uma cerimônia nacional, uma membro do governo e do PSOE, Magda Lena Álvarez (que inaugurou em 2004 o Espaço de Palabras), acompanha o prefeito à cerimônia sem que a imprensa o tenha anunciado. No parco público dessa discreta cerimônia, bem como nos fóruns de internet dos periódicos espanhóis, veem-se florescer acusações de demagogia da classe política: o contraste evidente entre a comemoração de 2008, na qual toda a classe política espanhola desfilou, dois dias após as eleições, e a de 2009, em que se fez notar o fato de que não houve nada nem ninguém.

A atenção, conseqüentemente, se volta, em 2009, sobretudo para a cerimônia organizada, como a cada ano, segundo um protocolo que não muda, pela presidência da região de Madri, em Puerta del Sol. Essa cerimônia comemorativa é sempre a primeira do dia: às 9h em ponto, a presidente da região, Esperanza Aguirre, vem colocar uma coroa aos pés da placa celebrativa, geralmente acompanhada do prefeito, de uma delegação de representantes políticos de cada partido e de alguns representantes das associações de vítimas (aquelas identificadas como próximas ao PP). Observa-se um minuto de silêncio, seguem-se o *Réquiem* de Mozart e o hino nacional e, em seguida, é servido um bufê para os convidados. Tudo isso em 15 minutos. A cerimônia se passa bastante longe de Atocha e definitivamente homenageia menos as vítimas do que a reação exemplar de coragem e solidariedade do “povo madrilenho” face ao drama. Na placa de celebração, podemos ler: “Madri dá testemunho de seu reconhecimento a todos aqueles que cumpriram seu dever socorrendo as vítimas dos atentados de 11 de março de 2004 e a todos os cidadãos anônimos que os ajudaram. Que a lembrança das vítimas e o comportamento exemplar do povo de Madri permaneça para sempre”. E a cerimônia é realizada sempre em presença de uma delegação de serviço de segurança e socorro de Madri: são eles os homenageados. Em outras palavras, essa comemoração aborda mais a maneira pela qual os madrilenos reagiram ao evento do que a ocorrência em si. Dessa forma, ela não reaviva as divisões entre os cidadãos – que enfati-

zam as causas e o significado do 11-M e não o ímpeto de solidariedade e civismo que suscitou. Por esse motivo é uma cerimônia que não fomenta nem debates, nem protestos e, finalmente, atrai muito pouco público.

Em consequência, em 2009, essa cerimônia é a única manifestação oficial em que um consenso pode ser manifestado em memória do 11 de Março. Por conta de um improvável mal-entendido, o governo socialista decide não mais organizar a cerimônia nacional e os socialistas do Conselho Regional decidem boicotar pela primeira vez a comemoração de Puerta del Sol. É sua maneira de protestar contra o fechamento, antecipado por Aguirre, de uma comissão de investigação sobre as presumidas espionagens e atos de corrupção no coração do governo regional. O PP aproveita essa excelente oportunidade para acusar os socialistas de “boicotar as vítimas”. A secretária geral do PSOE, Leire Pajín, é obrigada a pedir perdão publicamente às vítimas pela falta de diplomacia e lembra que os socialistas estão ao lado delas todos os dias e não somente uma vez por ano. María Teresa Fernández de la Vega, vice-presidente do governo, reforça, durante uma entrevista coletiva paralela ao conselho de ministros de 13 de março, “o apoio e a solidariedade” do governo às vítimas... A cerimônia regional nem por isso é “politizada”, como puderam ser as do Retiro e de Atocha nos anos precedentes.

Uma mulher de seus 60 anos tenta fomentar uma polêmica no público. Ao término da cerimônia, com os integrantes dos corpos oficiais ainda presentes, ela os interpela: “Queremos saber a verdade!” Visivelmente emocionada e nervosa (com as mãos trêmulas), ela se escandaliza com o fato de as vítimas ainda não saberem toda a verdade sobre as causas do 11-M e que elas não tenham sido corretamente indenizadas. Dentre os ouvintes, muito poucos lhe dão ouvidos. O serviço de segurança não a leva a sério e a trata como se fosse louca. Outra mulher do público tenta acalmá-la enquanto um fotógrafo de imprensa, irritado, procura trazê-la de volta à razão (Foto 10). Os policiais a tiram do lugar calmamente e fazem sinal para que ela esqueça a questão... A polêmica não tem prosseguimento.



Foto 10: mulher tenta interpelar os integrantes do corpo oficial perto da cerimônia de Puerta del Sol

Cinco anos após o atentado do 11 de Março, os poderes públicos parecem já ter desistido de organizar uma rememoração pública nacional para o drama. Eles se justificam, dizendo que não querem embarçar as vítimas com as controvérsias políticas suscitadas a cada ano nas cerimônias. Eles parecem dizer: estamos com vocês, pensamos em vocês, mas deixamos que vocês celebrem como quiserem, em sua intimidade, a memória daqueles que vocês perderam.

Porém, o problema é que uma posição desse tipo termina por negar o caráter de drama nacional e de evento público mundial do 11-M, como se este tivesse sido um acidente que concerne somente àqueles que foram atingidos. Mesmo que dezenas de rememorações do 11-M sejam organizadas a cada ano em Madri pelas associações de vizinhos e pelas associações de vítimas, e ainda que essas cerimônias atraiam a mesma quantidade de gente, o pior atentado da história da Espanha e da Europa não pode ser lembrado por um mosaico de cerimônias semiprivadas, organizadas a maior parte do tempo na periferia da cidade ou nos subúrbios (onde mora a maior parte das vítimas). Dessa forma, todas as associações de vítimas denunciaram em 2009 a atitude dos poderes públicos, percebida como abandono e até como uma afronta. Aliás, este é talvez o único ponto, em cinco anos, sobre o qual estão de acordo todas as associações espanholas de vítimas do terrorismo: não marcar publicamente um evento público não é uma escolha – a menos

que se esteja pronto para assumir que se trata de um esquecimento deliberado. Ora, atualmente a Espanha toca os limites de um “pacto de esquecimento”, sobre o qual tinha até agora construído seu “consenso democrático” (ROZENBERG, 2007). A Espanha conheceu o consenso e o esquecimento. Hoje, conhece os rumores da falta de consenso e as guerras da memória.

Conclusão

A cerimônia rememorativa é, por excelência, o instrumento de uma política que visa produzir e reafirmar o consenso de uma sociedade democrática. Dessa forma, quando uma rememoração é objeto de contestações e de questionamentos, seus organizadores fazem todo esforço possível para limitá-los e até ocultá-los. Quem quer que deseje analisar essas “notas desafinadas” na partitura ritual de uma cerimônia rememorativa não pode se contentar em estar atento a seu desenrolar: como esperamos ter demonstrado neste texto, é necessário também, se não ainda mais, observar tudo o que se passa às margens da cerimônia, o que se passa no público antes, durante e depois da rememoração. É preciso também abrir os ouvidos e fazer registros sonoros da multidão para captar comentários que podem emergir das disputas²⁵. E no caso de um processo que se desenvolve a longo prazo, como em um processo de memória, não se pode recorrer à observação etnográfica de modo pontual. Observar uma cerimônia apenas equivale a não ter observado nenhuma. Definitivamente, o que se deve observar, para reencontrar a dimensão política por trás de um ritual que trabalha para apagá-la, é não tanto o ritual em si, mas a “cadeia de interações rituais” (COLLINS, 2004) na qual cada cerimônia rememorativa não constitui senão uma etapa. Trata-se, então, de colocar em funcionamento uma “fiação etnográfica” (COULON, 1996) para se perceber os lapsos, os deslocamentos e as tensões de uma sequência a outra, similares àqueles que enfatizamos aqui sobre as rememorações do atentado de 11 de março de 2004 em Madrid. São essas variações que fazem a diferença, uma vez que elas apontam para o ressurgimento dessa dimensão política às margens da rememoração, testemunhando a evolução desse processo de celebração em reação a esse mesmo ressurgimento.

25 Pode-se também lançar mão de fotos e gravações em vídeo com o mesmo intuito dos trabalhos apresentados por Goodwin, Jasper e Polletta (2001).

Referências

- ALARY, Viviane [e] CORRADO, Daniel (orgs). (2007), *La guerre d'Espagne en héritage: Entre mémoire et oubli (de 1975 à nos jours)*. Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal.
- BERGER, Mathieu. (2008), "Répondre en citoyen ordinaire: Pour une étude ethnopraxématique des engagements profanes". *Tracés*, n° 15, pp. 191-208.
- BÉROUD, Sophie. (2006), "Manipulations et mobilisations: l'Espagne du 11 au 14 mars 2004". *Critique Internationale*, n° 31, pp. 53-66.
- BOLTANSKI, Luc. (1990), *L'Amour et la justice comme compétences*. Paris, Métailié.
- _____. (2009), *De la critique*. Paris, Gallimard.
- _____. [e] THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification*. Paris, Gallimard.
- CALABRESE STEINBERG, Laura. (2008), "Les héméronymies: Ces événements qui font date, ces dates qui deviennent événements". *Mots*, n° 88, pp. 115-128.
- CHAUMONT, Jean-Michel. (1997), *La concurrence des victimes*. Paris, La découverte.
- CLAVANDIER, Gaëlle. (2001), "Le processus commémoratif post-accidentel". *Socio-Anthropologie*, n° 9, pp. 27-43.
- _____. (2004), *La mort collective: Pour une sociologie des catastrophes*. Paris, Éditions CNRS.
- COLLINS, Randall. (2004), *Interaction Ritual Chains*. Princeton, Princeton University Press.
- COULON, Alain. (1996), *L'ethnométhodologie*. Paris, PUF.
- DESAZARS DE MONTGAILHARD, Sylvia. (2007), *Madrid et le monde: Les tourments d'une reconquête*. Paris, Autrement, p. 150.
- DURKHEIM, Émile. (1979 [1912]), *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, PUF.

- FOOTE, Kenneth E. (1997), *Shadowed Ground: America's Landscapes of Violence and Tragedy*. Austin, University of Texas.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. [e] POLLETTA, Francesca. (orgs). (2001), *Passionate Politics: Emotion and Social Movements*. Chicago, University of Chicago Press.
- GRIDER, Sylvia. (2001), "Spontaneous Shrines: A Modern Response to Tragedy and Disaster". *New Directions in Folklore*, n° 5.
- HALBWACHS, Maurice. (1971 [1941]), *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte*. Paris, PUF.
- _____. (1997 [1950]), *La mémoire collective*. Paris, Albin Michel.
- LATTÉ, Stéphane. 2009, "Vous ne respectez pas les morts d'AZF: Ordonner les émotions en situation commémorative". Em: LEFRANC, Sandrine; MATHIEU, Lilian (orgs). *Mobilisations de victimes*. Rennes, Presses universitaires de Rennes.
- LEFORT, Claude. (1994 [1981]), "Droits de l'homme et politique". Em: *L'invention démocratique*. Paris, Fayard.
- _____. (1986), *Essais sur le politique*. Paris, Seuil.
- LEIZAOLA, Aitzpea. (2007), "La mémoire de la guerre civile espagnole: Le poids du silence". *Ethnologie Française*, Vol. 37, n° 3, pp. 483-491.
- LESŒURS, Guy. (2005), *Diana du pont de l'Alma: Les pèlerins de la flamme*. Paris, Téraèdre.
- LUZ MORÁN, María. (2005), "Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: La manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid". *Política y Sociedad*, Vol. 42, n° 2.
- MICHEL, Johann. (2010), *Gouverner les mémoires: Les politiques mémorielles en France*. Paris, PUF.
- NAMER, Gérard. (1987), *La commémoration en France, de 1945 à nos jours*. Paris, L'Harmattan.

- NORA, Pierre (org). (1997), *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard.
- RANCIÈRE, Jacques. (1990), *Aux bords du politique*. Bordeaux, Osiris.
- _____. (1995), *La mésentente*. Paris, Galilée.
- ROZENBERG, Danielle. (2006), “Le ‘pacte d’oubli’ de la transition démocratique en Espagne: Retours sur un choix politique controversé”. *Politix*, n° 74, pp. 173-188.
- _____. (2007), “Mémoire, justice et... raison d’État dans la construction de l’Espagne démocratique”. *Histoire@Politique: Politique, Culture et Société*, n° 2.
- SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina. (2006), “Trains of Workers, Trains of Death: Some Reflections after the March 11 Attacks in Madrid”. Em: SANTINO, Jack (org). *Spontaneous Shrines and the Public Memorialization of Death*. Nova York, Palgrave, pp. 333-347.
- SANTINO, Jack. (2006), *Spontaneous Shrines and the Public Memorialization of Death*. Nova York, Palgrave Macmillan.
- SAVARESE, Éric. (2007), *Algérie: La guerre des mémoires*. Paris, Éditions Non Lieu.
- STORA, Benjamin. (2005), *La gangrène et l’oubli*. Paris, La Découverte.
- TILLY, Charles. (2004), “Terror, Terrorism, Terrorists”. *Sociological Theory*, Vol. 22, n° 1, pp. 5-13.
- TOTA, Anna Lisa. (2005), “Terrorism and Collective Memories: Comparing Bologna, Naples, Madrid 11 March”. *International Journal of Comparative Sociology*, Vol. 46, n°s 1-2, pp. 55-78.
- TROM, Dany. (2003), “Situationnisme méthodologique et historicité de l’action”. Em: LABORIER, Pascale [e] TROM, Dany (orgs). *Historicités de l’action publique*. Paris, PUF, pp. 463-483.

TRUC, Gérome. (2010), “Espacio de Palabras y rituales de solidaridad en Atocha”. Em: SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina (org). *El Archivo del Duelo: Análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid*. Madrid, CSIC.

WAGNER-PACIFICI, Robin [e] SCHWARTZ, Barry (1991), “The Vietnam Veterans Memorial: Commemorating a Difficult Past”. *American Journal of Sociology*, Vol. 97, nº 2, pp. 376-420.